

REDE DE COMERCIALIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUDANÇAS NA AÇÃO EXTENSIONISTA: O CASO DE ICONHA-ES

Daniel do Nascimento Duarte¹
Marcelo Miná Dias²

Resumo

Este artigo analisa a constituição e o desenvolvimento de uma rede de comercialização de produtos agroecológicos instituída a partir de uma experiência originada no município de Iconha-ES. A cooperação entre agricultores e mediadores sociais conduziu à criação de uma rede envolvendo agentes e organizações que buscaram alternativas para a comercialização de produtos orgânicos. O foco recai sobre a análise da interação dos agricultores com os mediadores externos e as políticas públicas. Particularmente, busca-se compreender os elementos que conduziram à mudanças na ação extensionista do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos (agricultores, gestores públicos e extensionistas), além da análise de documentos diversos sobre a ação do Incaper. Os resultados apontam para a importância do envolvimento dos extensionistas em um contexto que lhes demandava novas concepções e práticas, requerendo o acionamento de novas abordagens para sua ação. Essas inovações, no entanto, podem não ser suficientes para enfrentar os desafios que são impostos pelas novas institucionalidades impostas pelas políticas públicas.

¹ Engenheiro-Agrônomo, mestrando do Departamento de Economia Rural/Programa de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais; Agente de Desenvolvimento Rural do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Espírito Santo. danielduarte@incaper.es.gov.br

² Engenheiro-Agrônomo, Doutor, Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural/Programa de Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Av. Peter Henry Rolfs, s/n, 36571-000, Viçosa, Minas Gerais, Brasil. minad@uol.com.br

Palavras-chave: ação extensionista, agroecologia, políticas públicas, redes de comercialização

NETWORK MARKETING, PUBLIC POLICY AND CHANGES IN ACTION EXTENSION: THE CASE OF ICONHA - ES

Abstract

This article analyzes the establishment and development of an agroecological products' commercialization network constituted in the city of Iconha-ES. The cooperation between farmers and social mediators led to the creation of a network involving actors and organizations seeking alternatives to the marketing of organic products. It focuses on the analysis of the interaction of farmers with external mediators and public policies. Particularly, we seek to understand the elements that will lead changes in the action of the extension Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Interviews were conducted with the stakeholders (farmers, public administrators and extension professionals), as well as analysis of various documents about the action of Incaper. The results indicate the importance of the involvement of extension in a context that demanded new concepts and practices, requiring the activation of new approaches for extension action. These innovations, however, may not be sufficient to meet the challenges that are posed by new institutions imposed by public policy.

Key-words: Network marketing, public policies, action extension, agroecology

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o processo de constituição de uma rede de comercialização e de introdução de práticas agroecológicas no município de Iconha-ES. Esta rede envolveu um conjunto amplo de atores: agentes de extensão, representantes do poder público, organizações não governamentais e agricultores

familiares identificados com os princípios da agroecologia³. O propósito é compreender a ação coletiva empreendida, suas motivações e, particularmente, como o papel dos atores vai se reconfigurando ao longo das parcerias estabelecidas. Especificamente, enfatizaremos o papel da extensão rural oficial, que foi, ao longo da experiência, concebendo e pondo em prática formas diferentes de atuar.

Foi em Iconha-ES que a rede constituída pela Associação de Programas em Tecnologias Alternativas⁴ (APTA), em 1998, ampliou suas ações com foco na agroecologia. Naquele momento, final dos anos 1990, a concepção da extensão rural dos profissionais do Escritório Local de Desenvolvimento Rural (ELDR) da então Emater/ES⁵ se diferenciava – aproximando-se dos princípios da educação popular e da agroecologia – das concepções que orientavam a ação dos profissionais que atualmente compõem o ELDR do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper)⁶.

Atualmente em Iconha há quatro associações que reúnem 70 famílias de agricultores que estão em processo de transição agroecológica⁷. Estes agricultores entregam seus produtos em sete

³ A agroecologia para Caporal e Costabeber (2004; 2007) é entendida como uma abordagem que oferece princípios, estratégias para processo de transição de modelos de desenvolvimento agricultura convencional para um desenvolvimento rural e agricultura sustentáveis. Enquanto ciências lança mão de várias áreas do conhecimento que possam oferecer esse aporte, portanto tem um caráter interdisciplinar, mas que antes de tudo entende que o conhecimento se processa na interação entre o saber popular e o conhecimento científico.

⁴ A APTA é uma organização não governamental presente no Espírito Santo desde 1985. Nesta época era denominada de Projeto em Tecnologia Alternativas (PTA/FASE) e se orientava pelo enfoque da Agricultura Alternativa, atualmente seu enfoque orientador é a agroecologia.

⁵ Neste período (1998) ainda não havia ocorrido as mudanças da Emater para Incaper que vai acontecer no ano de 2000. Por isso, quando o termo Emater/ES for utilizado significado o período antes da transição.

⁶ O Incaper é o órgão estadual de pesquisa, assistência técnica e extensão rural do Espírito Santo. Até 1999 a pesquisa e assistência técnica e extensão rural (Ater) faziam parte de organizações distintas, a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa) e Emater/ES. A partir de 1999 a Emater/ES incorporou a pesquisa passando a se chamar Emcaper e logo em seguida, em 2000, passou a ser denominada de Incaper.

⁷ Caporal e Costabeber (2004) entendem que o processo de transição é uma mudança no modelo de produção convencional para um modelo sustentável, usando princípios e conceitos da agroecologia. Existe nesta transição pelos menos três fases, a problematização, procurando reduzir o consumo de insumos externos; a substituição entendida como as trocas dos insumos e de praticas convencionais por alternativas; e o redesenho, uma nova configuração no agroecossistema. A transição não implica em um tempo determinado para ocorrer, neste aspecto difere da agricultura orgânica, na qual este tempo é chamado de “conversão” tendo um limite de tempo, normatizado por lei.

municípios por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este projeto envolve articulação de 16 parceiros entre associações de agricultores, governos municipais, câmaras de vereadores e a extensão rural; duas associações de agricultores que integram o projeto vendem produtos em feiras orgânicas de Vitória e Vila Velha, bem como entregam seus produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela municipalidade de Cariacica-ES (Incapar, 2011).

Nesse cenário, os agentes locais de extensão rural do Incapar e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Iconha têm cumprido um papel relevante, tanto na organização social e apoio à comercialização, quanto na produção agrícola dos grupos de agricultores. A partir dos processos sociais, em andamento no município, fortaleceram-se as dinâmicas de ação coletiva, articulando agricultores e seus parceiros em torno de debates sobre as políticas de alimentação escolar, preço, entrega e negociações com as municipalidades. No processo de produção, os agentes de extensão atuam na orientação técnica aos cultivos de mudas, sementes e planejamento da produção (Incapar, 2011). As relações interinstitucionais articularam ações para viabilizar a entrega coletiva dos produtos nas escolas, envolvendo agricultores de outros municípios, facilitando a logística e criando sinergias. Também proporcionam contatos dos agricultores com governos locais, incentivando a criação de um cardápio apropriado à disponibilidade de alimentos produzidos localmente, mais próximo à cultura alimentar da própria comunidade escolar.

Para realizar essa pesquisa foram empreendidas várias incursões ao contexto local em que ocorreu a experiência. Importante ressaltar que um dos autores foi também participante da experiência, no papel de extensionista do Incapar. Parte das informações trabalhadas aqui é oriunda das observações e reflexões dessa experiência profissional. No entanto, essas informações, na abordagem metodológica adotada, serviram principalmente para auxiliar o desenho da pesquisa e a elaboração de roteiros de questões que orientaram entrevistas com os atores envolvidos. Foram entrevistados 10 indivíduos, sendo seis agricultores, três profissionais do governo municipal de Iconha e um extensionista do Incapar. Para a seleção dos agricultores levou-se em consideração três critérios: o envolvimento histórico na rede de comercialização, concomitante, serem lideranças que representam ou representaram suas comunidades na rede e pertencerem a comunidades diferentes.

Os agricultores entrevistados são das comunidades de Campinho, Córrego da Cecília e Morro da Palha.

Quanto à seleção dos profissionais da municipalidade e do Incaper foi considerado o envolvimento direto na rede criada. Complementando o conjunto de dados gerado pelas entrevistas, foram analisados relatórios, documentos e artigos produzidos sobre a experiência.

Este texto está organizado em três seções. A primeira, essa introdução, apresenta o problema e a metodologia utilizada na investigação. A segunda seção apresenta a experiência e o seu contexto, ao mesmo tempo procurando dialogar com as referências que fundamentaram teoricamente o esforço de investigação. A última seção são as considerações finais, pontua os elementos chaves verificados no desenvolvimento da pesquisa.

2. A EXPERIÊNCIA DA REDE E O PAPEL DOS AGENTES: UM PROCESSO EM DESENVOLVIMENTO

Na experiência analisada foi possível identificar um tipo de ação extensionista que, de acordo com os agentes envolvidos, buscou equilibrar as perspectivas social, ambiental e econômica em um modo participativo de introdução de inovações, enfatizando a organização social dos agricultores para acessar um programa de política pública. A experiência de Iconha teria sido construída sobre as bases de uma reflexão crítica acerca do passado recente de uma ação extensionista centrada quase que exclusivamente em processos produtivos, principalmente na cultura do café, banana e pecuária. Neste texto denominamos esse tipo de abordagem de “convencional”, aquela para a qual a inovação é geralmente restrita aos processos agrícolas de produção e ocorre a partir da transferência de conhecimentos e tecnologias. Em Iconha, a partir de 2005, essa forma de ação vai lentamente mudando, configurando outro tipo de ação extensionista, que denominamos de “interativa”. Essa mudança ocorre em parte em função de novos agentes que começaram a fazer parte do quadro profissional do Incaper, que, de acordo com suas trajetórias de formação e vivência profissional, passam a acionar novas referências às suas práticas. Para compreendermos melhor esse processo, faz-se necessário retomar o passado, situando o contexto da experiência de Iconha e procurando tecer a teia histórica, buscando revelar, desta forma, os processos sociais que antecederam o presente.

O município de Iconha está situado a 90 km de Vitória, na região sul do estado do Espírito Santo. Sua população é de 12.523 habitantes, sendo que expressivos 42% declaram residir na zona rural (IBGE, 2010). Conforme o Censo Agropecuário de 2006, dos 1.123 estabelecimentos 91% são de agricultores familiares⁸ (IBGE, 2006). Ainda de acordo dados do Censo Agropecuário, as culturas mais expressivas, em termos de valor de produção, são a banana e o café. O Instituto Jones dos Santos Neves (2012) aponta que, em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário corresponde a 19,74% do PIB do município. O setor de comércio e serviços é o que possui maior participação econômica, responsável por 68,58% do valor criado pelo município durante um ano. No setor de indústria, construção e serviços industriais de utilidades públicas encontram-se 11,68% do PIB municipal. Ao situarmos Iconha no cenário estadual, sua participação se resume a 0,23% do PIB estadual, porém o ranking de PIB municipal *per capita* o coloca em 18ª posição em relação aos demais municípios do Espírito Santo.

Em 1998 a APTA atuava no município com uma proposta de ação focada na agroecologia. Potenciais parceiros da APTA, as Escolas Famílias Agrícolas⁹ (EFA) no município e nas localidades vizinhas, constituíam um espaço privilegiado no qual a APTA procurava concretizar sua proposta. As EFA ofereciam aos seus estudantes uma formação diferenciada, baseada na Pedagogia da

⁸ A Lei 11.326 considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, que atenda os requisitos de não possuir área maior do que 04 módulos fiscais; utiliza predominantemente mão de obra familiar; renda predominantemente originária das atividades do próprio estabelecimento; e dirija seu estabelecimento com a família. A lei considera agricultores familiares: silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores (Brasil, 2006).

⁹ As EFA são escolas inseridas no meio rural que utilizam a pedagogia da alternância como forma do estudante alternar os períodos de aprendizagem na família, na comunidade e na escola. Aquilo que é visto e aprendidos em cada um desses meios torna-se elemento de aprendizagem por meio da utilização de instrumentos pedagógicos próprios (Mepes, 2011). Os períodos de alternância variam de EFAs, mas geralmente os estudantes ficam uma semana em casa e uma semana na escola. Geralmente as EFAs têm estruturas de alojamentos, refeitórios, salas, áreas de lazer e práticas agrícolas para efetivar a sua proposta pedagógica.

Alternância¹⁰, em compromissos com uma orientação “crítica e humanista”, e a preocupação com estilos de produção “mais sustentáveis” (Mepes, 2011). Esses estudantes constituíam, em potencial, a porta de entrada para uma ação mais efetiva da APTA, possibilitando concretizar localmente uma proposta de desenvolvimento rural inspirada na agroecologia.

Para Franco (2001), os elementos que alicerçam o desenvolvimento local são o capital humano e o capital social. O primeiro constituído pela capacidade de empreender ações coletivas; o segundo pela cooperação, relação em rede e democracia. Para este autor, o estoque de capital social é maior quando pessoas e organizações formam infinitas conexões e laços horizontais entre si, constituindo desta forma redes que agregam indivíduos e organizações em torno de objetivos e valores comuns. Para Marteleto; Oliveira e Silva (2004, p. 41), “[...] as redes são sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.) conectados por algum tipo de relação”. Segundo esses autores, as pessoas vivem em rede, constroem laços, conexões e interdependências, “moldando” sociedade e conferindo um caráter peculiar às suas ações. O capital social de uma localidade expressaria a capacidade dessas redes de cooperação representarem oportunidades para grupos organizados enfrentarem as limitações ambientais e econômicas com as quais se deparam.

Daí que a APTA tinha que encontrar esses elementos (laços de confiança, capital social, capital humano) ou criar dinâmicas nos quais eles pudessem emergir. Nos idos de 1998, a APTA procurou alavancar sua proposta por meios dos estudantes das EFAs que moravam no município de Iconha, iniciando um processo de formação das famílias rurais em cinco comunidades: Campinho, Pedra Lisa Alta, Córrego da Cecília, Morro da Palha (pertence ao município de Rio Novo do Sul, mas faz divisa com Iconha) e posteriormente a comunidade de Bom Destino. Esta ação é parte das lembranças de um casal de agricultores do município:

[...] Não sei se foi, acho que foi Z. [*irmão e cunhado dos entrevistados que estudou na EFA Olivânia*] que

¹⁰ De acordo com Chequeto (2002, p. 36), na Pedagogia da Alternância “[...] o processo de aprendizagem dos jovens parte de situações vividas, encontradas e observadas em seu meio, em vez da simples aplicação, na prática, das aulas teóricas, como nas escolas tradicionais.” Na proposta das EFA, ainda de acordo com esse autor, o processo educativo fundamenta-se “[...] numa educação centrada na formação integral do ser humano, na qualificação profissional dos jovens e na organização comunitária, valorizando os laços familiares, a herança cultural e o resgate da cidadania.”

trouxe, não sei. Z. estava em Olivânia e ele descobriu esse trabalho da APTA, se interessou e passou, tipo assim, passou o recado e trouxe a novidade. E aí a APTA veio para cá, não sei se foi só por meio dele. Eu lembro que falavam também da pessoa do V. [Na época diretor da APTA]. É o V., a Escola Família de Campinho também.

Um dos passos iniciais do trabalho foi a aplicação de um Diagnóstico Rural Participativo¹¹ (DRP), que orientou as ações dos profissionais da APTA. Na proposta de diagnóstico e formação foram realizados cursos, demonstração de métodos e intercâmbios, para que as famílias conhecessem outras experiências de produção agroecológica. As práticas incluíam a distribuição de sementes para a formação de adubação verde, implantação de sistemas agroflorestais, viveiros comunitários, produção de biofertilizantes e caldas (APTA, 2000). Essas ações conduziram a experiências variadas de cultivos orgânicos, gerando a necessidade de avançar no processo de comercialização dos produtos. Os próprios agricultores, em diálogo com os profissionais, apontaram alternativas para uma experiência local de comercialização, organizando um espaço de uma feira.

Foi a partir da proposta de feira e seus desafios que se percebeu a necessidade de ampliar as relações para além das fronteiras da produção. Um grupo formado pelos agricultores, representantes da APTA, da municipalidade de Iconha, da Pastoral da Saúde e Emater/ES foi constituído, inaugurando uma proposta de ação em rede, composta por parceiros que historicamente, no município, não tinham o costume de agir a partir de um objetivo comum – no caso, estruturar a feira municipal (APTA, 2001).

Nesta jornada tornava-se cada vez mais evidente a limitação do profissional da Emater/ES para compreender e, principalmente, para atuar naquele espaço de debate e construção coletiva, cuja lógica se pautava na equidade entre os participantes. Essa dificuldade, por parte de extensionistas da Emater/ES, era percebida da seguinte maneira por um agricultor envolvido no processo: “[...] muito fechada [a postura] a [do] Incaper (Emater/ES)

¹¹ O DRP é um método que agrega um conjunto de ferramentas e técnicas que permitem as comunidades se conhecerem e criar a partir daí mecanismo de planejamento autogerenciamento de suas ações (Verdejo, 2006). Para esse autor a partir disso as pessoas compartilham conhecimento, se auto conhecem e melhoram suas habilidades de planejamento e ação.

de Iconha. Assim, muito, não botava muita fé naquilo, não sei, participava porque era cobrada a participar, mas não tinha aquela mente aberta que podia funcionar e dar certo”.

Naquele contexto não havia uma fórmula que oferecesse solução efetiva aos problemas de comercialização dos produtos dos agricultores. Desta forma, constituía-se um problema que escapava da rotina da ação extensionista convencional. Esta rotina teria configurado uma identidade pessoal e social compartilhada pelos profissionais da Emater/ES, estruturada em oferecer respostas prontas aos problemas de solos, de doenças, de produtividade (principalmente para o café), banana e pecuária. A incapacidade do profissional de distanciar-se do seu contexto técnico-instrumental para admirá-lo e refletir sobre sua lógica – inspirando-o a transformá-lo – era um impeditivo à ação comprometida com demandas sociais que transcendiam o universo técnico da intervenção (Freire 1996). Nesse caso, a nova dinâmica da realidade social exigia uma mudança no *habitus* instituído, e o questionamento da identidade socioprofissional, como força instituinte de uma ação extensionista tida como “natural”, qual seja, a ação difusionista.

Foi a partir de sucessivas reuniões e eventos que a feira se efetivou no ano de 2000, oferecendo aos parceiros, mas principalmente aos agricultores, uma experiência ímpar em circuitos de comercialização curta. Conforme relata um agricultor, após ter atuado na feira de Iconha por nove anos:

[...] Mas foi bão! Mas foi, valeu a experiência. Nós tivemos assim, nos crescemos muito como pessoas, isso daí ajudou no crescimento, conhecimento, o contato com as pessoas que até hoje a gente temo amizade dentro de Iconha que foi porque da feira, senão a gente não teria. Né A.? Hoje nós somos conhecidos dentro de Iconha, tipo assim, eu acredito que se a gente não tivesse feito isso, nós seríamos só um, alguém de Córrego da Cecília, não era a pessoa, eu vejo assim muito positiva a feira na nossa vida, foi um experiência maravilhosa.

Essa experiência que se iniciou com uma perspectiva ambiental, a partir de práticas ecológicas de produção – como conservação do solo e uso de biofertilizantes –, conduziu a resultados importantes sobre as perspectivas social e econômica. Sobre a perspectiva social teve como resultado o aprendizado e a organização dos agricultores, além da interação dos parceiros em uma rede, decorrendo daí uma perspectiva econômica diferenciada: a organização da feira e o incremento de renda financeira das

famílias a partir da valorização de um tipo de economia de proximidade (Abramovay, 2004).

Para Franco (2001) qualquer organização social só alcançará bons resultados se as pessoas tiverem objetivos comuns, exercitando algum grau de complementaridade e parceria, que confira certa estabilidade nas relações, fazendo com que elas cooperem entre si. Para a promoção do desenvolvimento local, o ambiente favorável se estabeleceria por meio da formação do capital social; e este ocorreria por meio da cooperação e da solidariedade. Ainda segundo o referido autor, “[...] para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as outras, segundo um padrão horizontal de organização, que não sejam em tudo sempre subordinadas umas às outras e que sejam interdependentes ao invés de dependentes.” (idem, p. 3)

Neste aspecto, a interação em rede, no caso estudado, possibilitou a externalização do conhecimento que cada participante tinha das suas práticas e a explicitação dos limites e as potencialidades de cada organização envolvida, permitindo criar um “horizonte” ou objetivo partilhado que orienta determinada ação coletiva. Para Gadamer, o limite do horizonte está relacionado ao limite da compreensão, é a visão que se pode alcançar a partir de um determinado ponto (Gadamer apud. Hermann, 2002, p. 49). Ao se estruturar o que passou a ser conhecida como “feirinha de Iconha”, os participantes qualificaram sua compreensão sobre as práticas das organizações e das instituições, rompendo com determinadas tradições e criando novos conceitos ou “preconceitos”¹², fato que permitiu, como argumenta Hermann (2002), uma fusão de horizontes. Neste novo horizonte vislumbravam-se outros espaços de comercialização, extrapolando os limites do município de Iconha e gerando a necessidade de ampliar o quadro de atores sociais envolvidos. Em decorrência desse processo, a partir de 2000 iniciaram-se as primeiras articulações para organizar a feira de produtos orgânicos de Vitória-ES.

Segundo a APTA (2002), o processo de articulação da Feira Orgânica de Vitória envolveu um conjunto representativo de organizações de agricultores e entidades de apoio. Os documentos

¹² Hermann (2002, p. 45) entende o preconceito como esquemas interpretativos prévios, uma pré-compreensão que permite uma base para capacidade compreensão do indivíduo: “[...] os preconceitos atuam sobre o processo compreensivo, constituindo-se na orientação prévia da nossa experiência”.

da instituição revelam que estavam envolvidas no processo 67 famílias de agricultores dos municípios de Iconha, Rio Novo do Sul, Santa Maria de Jetibá, Colatina e São Domingos do Norte. Além dos agricultores, participavam da organização a APTA, a Certificadora de Produtos Orgânicos Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, o Incaper dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos de Vitória (SEMURB), a Associação de Moradores de Jardim da Penha (AMJAP) e o Prorenda Rural¹³.

Observa-se um amplo leque de parceiros, de agricultores de municípios muito diferentes, além do envolvimento dos moradores/consumidores, tornando-os cúmplices do processo, revelando a riqueza das relações estabelecidas. No processo desencadeado, os parceiros tinham compromissos diferentes. A ação do Incaper, por exemplo, estava mais focada nos municípios, por meio dos seus escritórios locais. A articulação que ocorria em Vitória era capitaneada principalmente pela APTA, a Certificadora Chão Vivo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, apoiada com recursos do Prorenda Rural. As duas primeiras organizações funcionavam como mediadoras e animadoras do conjunto de instituições.

O documento produzido pela APTA (2002) aponta uma série de eventos que tinham como objetivo contribuir para qualificar os parceiros, estruturar a feira, organizar a produção e conceber mecanismos de validação de certificação orgânica. O documento revela que foram realizados intercâmbios com os agricultores para conhecer experiências de feiras em Vitória, pesquisa com consumidores, oficinas de comercialização e a organização de uma comissão para estruturar a feira. Nas entrevistas os agricultores revelam a importância destes intercâmbios como processo formativo.

Olha, eu acho que a que mais marcou foi aquela que a gente foi a Curitiba. Porque aí a gente já tava na organização da feira de Barro Vermelho e aí assim, foi aonde nós tivemos mais noção. Eu me lembro que quando nós viemos embora nós fizemos uma avaliação e lá em Curitiba era assim, ex-funcionário do Brasil, ex-Incaper, ex não sei o quê, tudo assim gente bem. E nós pobrezim, quando nós fizemos a nossa avaliação, nós caímos em cima.

¹³ O Prorenda Rural posteriormente passou a se chamar Projeto DLS, um projeto de cooperação internacional, entre o governo brasileiro e alemão, que no Espírito Santo tinha nas diretrizes o apoio a processos agroecológicos. Por meio do Prorenda Rural (Projeto DLS) foi possível realizar várias atividades de apoio a comercialização, como por exemplo: intercâmbios, divulgação, seminários, cursos.

Nós dissemos que não era para nós, mas que era completamente outra realidade. E hoje eu penso assim: gente porque que eu não aproveitei mais determinado momento? Nós ficamos em êxtase, nós achava que nós não tinha capacidade para chegar ao ponto parecido com aquele, que eles estavam organizados, grande. Nesses encontros, vários outras viagens, o ENA¹⁴ também no Rio de Janeiro, nós tivemos contato com pessoas do Brasil inteiro e até fora do Brasil.

Esse cabedal de eventos, viagens, seminários, reuniões, contribuiu para fortalecer os laços, tanto entre os agricultores de municípios diferentes como das organizações envolvidas. Resultado desse processo, cuja articulação iniciou em 2000, foi a criação, em 2002, da Feira de Produtos Orgânicos de Vitória, no bairro Barro Vermelho. Neste mesmo ano iniciou a articulação para a feira de Vila Velha-ES, envolvendo parcerias naquele município. Três anos mais tarde, em 2005, foi criada a feira de produtos orgânicos no bairro Praia da Costa.

Em 2004, um momento importante para entender algumas mudanças, foi realizada a reestruturação da APTA que, estabelecendo uma nova estratégia de ação, vai gradativamente diminuindo seu foco no município de Iconha, na região metropolitana de Vitória e assumindo um trabalho mais efetivo no norte do Estado. Outro elemento importante foi o concurso público do Incaper no final de 2004, quando novos agentes passam a fazer parte do quadro do Incaper a partir de 2005. Esse duplo movimento fez com que as ações em que o Incaper era um ator secundário, ou mesmo reticente, contasse com um papel mais protagonista da organização, procurando dar ênfase, por exemplos, a processos de comercialização inovadores.

Pode-se afirmar que a extensão rural – compreendida como uma instituição – possui regras, ritos, valores instituídos que fazem operar, pela sua história e tradição, determinadas formas de agir. O instituído torna-se uma convenção; uma espécie de referência ao fazer extensionista, algo que, neste texto, estamos denominando de “abordagem convencional”. Porém, a força do convencional, com pretensões de se tornar dominante ou hegemônico, não é determinística. Mudanças no contexto nacional e estadual, como foi

¹⁴ ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro em 2002.

o caso da instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), em 2004, viriam a exigir novas posturas do profissional da extensão, demandando da instituição uma mudança na forma de operacionalizar sua ação (Dias, 2008). Ademais, exigia-se do profissional uma postura diferenciada daquela que se instituiu ao longo da sua história. Para Appendini e Nuijten (2002) organizações de assessoria às populações rurais deveriam (e poderiam) criar trajetórias de ação que as afirmasse como instituições de apoio à autodeterminação das pessoas e comunidades, frente aos impactos econômicos das decisões e processos que chegam às localidades como imposições, de forma a possibilitar e sua autoafirmação frente aos estilos de desenvolvimento ditos globalizados (Stavenhagen, 1985).

A transição pela qual passou o Incaper, incorporando outros valores, não pode ser compreendida somente a partir de 2005¹⁵. As transformações foram parte de um processo histórico que incidia na esfera nacional, bem como estadual, no qual atores sociais, que escreveram sua história por meio da “agricultura alternativa” – e depois por meio da agroecologia – se tornaram marcantes no cenário do desenvolvimento rural capixaba. O ambiente político favorável, em função principalmente do advento da Pnater, possibilitou, no Incaper, ações identificadas com a agroecologia, marcando o primeiro mandato do governo Lula; e sugeriam um contexto importante para o movimento agroecológico do Espírito Santo¹⁶. Neste caso, 2005 torna-se um marco histórico de mudanças, que sinaliza uma passagem de um momento para outro, um limite que demarca a transição que propiciou o fortalecimento da abordagem da ação extensionista denominada de “interativa”.

Essa mudança no Incaper (e especificamente no município de Iconha) é percebida pelos agricultores envolvidos no processo agroecológico, conforme revela um agricultor entrevistado quando perguntado sobre quando o Incaper teria começado a mudar sua forma de atuação. Ele afirma que: “[...] a Incaper começou a mudar

¹⁵ Importante salientar que em 2005 foi um ano importante para o Incaper, não só em função do concurso público que contratou novos profissionais, mas também pelo aporte de recursos, tanto federal quanto estadual, na organização que propiciou significativas melhorias na sua estrutura.

¹⁶ A denominação “movimento agroecológico” está sendo empregada neste texto, referindo-se a um conjunto de atores que atuam de maneiras muito diversa, com isso afirma-se que não há uma coesão entre esses os vários atores. Há evidentemente aqueles que possuem maior afinidade e maior regularidade de ações conjuntas. Porém, no passado a Rede de Agricultura Alternativa e o Fórum de Agricultura Familiar foram, por determinado tempo, responsáveis por agregá-los e conferir determinada coerência discursiva, de propósitos e de ações.

de, por exemplo, eu acho que tem de seis anos prá cá. [...] que a Incaper, os próprios técnicos da Incaper criticavam nosso trabalho com agricultura orgânica, não existia”.

Porém, o surgimento e afirmação de novas concepções e novos valores não significou o desaparecimento dos antecedentes. Longe de serem superados, eles continuaram presentes, delimitando seu espaço e o seu modo de operar. Desta feita, configurou-se um processo de transição do Incaper que ocorreu, em parte, a partir da postura de vários dos novos agentes da extensão rural que passaram a compor a organização em diferentes municípios¹⁷.

É evidente que, para as ações que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da comercialização, as experiências constituíam, para os parceiros da rede, um novo campo de conhecimento empírico, que ampliava a mirada do horizonte das famílias rurais, como também das organizações de apoio e dos profissionais envolvidos, inclusive os do Incaper. Para exemplificar essa experiência de aprendizado coletivo, em 2005 teve início um trabalho que começou com reunião no município de Alfredo Chaves-ES (Incaper, 2005). Neste evento nota-se, pela análise dos documentos que o registraram, uma presença mais efetiva de técnicos do Incaper. Também estavam presentes representantes dos governos municipais de Vitória, Iconha e Alfredo Chaves, além de representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). A presença mais efetiva significava uma atitude diferenciada dos extensionistas, demonstrando maior sensibilidade com questões que extrapolavam os temas técnicos e pragmáticos que marcavam costumeiramente a intervenção do Incaper. A própria realização da reunião era uma iniciativa diferenciada, articulando sete municípios, três governos municipais, um STR e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo (Fetaes). O evento tinha como objetivo discutir a inserção dos produtos derivados de

¹⁷ O Incaper é oriundo da incorporação da pesquisa pela Ater, em 1999, em função da crise financeira pela qual passava tanto a Emater/ES como a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa). Até 2004 havia 20 anos que o Incaper não realizava concurso público, logo o seu quadro de profissionais estava diminuído e ainda, persistia a crise financeira da organização. Em 2004 o concurso público significou um momento importante, tanto pelo aspecto financeiro, que permitiu melhorar sua estrutura física, mas como também pelos novos agentes que estavam sendo aportando no seu quadro. Esses novos agentes, vários deles se originaram dos movimentos sociais, agroecológico, das organizações sindicais, das escolas de pedagogias de alternância, isso contribuiu para fortalecer uma ação extensionista diferenciada dentro do Incaper, em relação àquelas concebidas pela sua história e tradição.

processos agroecológicos na alimentação escolar no município de Vitória-ES.

Conforme mencionado por Duarte (2007b), a partir deste evento iniciou-se um processo de contatos, articulações e negociações com vários parceiros, mas principalmente com a Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME) e a Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo “O Broto”¹⁸. A SEME se tornou porta de entrada na municipalidade de Vitória e na comunidade escolar do município, principalmente facilitando um diálogo direto com os diretores, professores, merendeiras e nutricionistas. A articulação deste conjunto de atores importantes era, naquele instante, uma inovação para ação extensionista no Incaper, uma vez que se tratava de orquestrar um conjunto de novos intérpretes (comunidades escolar, agricultores e organizações) procurando encontrar elos que pudesse uni-los. Os elos em comum deveriam ser aqueles que permitisse estabelecer novas concepções para a relação campo-cidade, mediados por uma dimensão econômica e ambiental, qual seja, ofertar produtos orgânicos na alimentação escolar; além disso, imbricada por processos sociais, fomentar a cooperação entre os atores.

O que segue a partir daquele momento, conforme revelam os documentos, é um conjunto de eventos que procurava animar a articulação e dar vida à rede. Esses ocorrem em duas grandes frentes, uma primeira envolvendo agricultores e parceiros de diversos municípios, que tinham objetivo de divulgar as experiências de agroecologia que estavam vivenciando. Nesse caso a articulação se centrava no público de agricultores familiares identificados como a agroecologia e suas organizações. Assim, foram promovidos seminários microrregionais sobre agroecologia; seminários sobre comercialização de produtos orgânicos; intercâmbios com agricultores dentro e fora do estado; participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), dentre outros eventos.

Uma segunda frente focava o público urbano, mais propriamente os da comunidade escolar, os gestores da SEME e as nutricionistas do município. O objetivo destes eventos era propiciar uma aproximação desse público com as famílias rurais de Iconha e

¹⁸ O Broto é uma cooperativa de consumidores, fundada em novembro de 2003, por iniciativa da Pastoral Operária, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e famílias do município de Serra/ES. Seus objetivos iniciais eram a distribuição de produtos orgânicos através de “cestas básicas” para população de baixa renda, a fim de proporcionar alimentos saudáveis com baixo custo (Incaper, 2006, p. 28). Atualmente O Broto está fora do projeto da alimentação escolar e com dificuldades em seu processo de gestão.

Santa Maria de Jetibá. Entendia-se que essa aproximação promoveria a compreensão tanto do “mundo rural” como o da vida escolar, facilitando as relações e criando espaços de diálogo entre agricultores, escolas, poder público e as instituições que apoiavam o processo. Procurava-se por esta aproximação constituir um espaço no qual se estabeleceria a *ação comunicativa* voltada para o entendimento, como argumenta Habermas (Sampaio, 2001).

Dentre os vários aportes da Teoria da Ação Comunicativa há a distinção da sociedade em duas esferas que se complementam: o do “mundo vivido” e o do “mundo sistêmico” (Freitag, 1993). O mundo vivido é o mundo da reprodução simbólica; é a maneira como os indivíduos percebem e vivenciam sua realidade social, estabelecendo experiências comuns na língua, nas tradições e na cultura. O mundo vivido é o espaço social no qual a ação comunicativa está ancorada no diálogo ou no “entendimento comunicativo”; no melhor argumento, em ambientes onde há um tipo de interação, livre de coação de qualquer natureza e onde permaneça ação comunicativa voltada para o entendimento (Gonçalves, 1999). Em Leite (1998, p. 203) encontramos a seguinte interpretação do conceito de razão comunicativa:

Para Habermas, a ação comunicativa é uma ação interativa na qual os participantes recorrem à linguagem para reivindicar as pretensões de validade dos seus respectivos argumentos. Essa pretensão de validade é reconhecida intersubjetivamente e suscetível a críticas, podendo resultar em um consenso. Ressalta Habermas que “o valor real do entendimento consiste, pois, em um acordo alcançado comunicativamente e que se mede por pretensões de validade que vem respaldado por razões potenciais.”

Por outro lado, o mundo sistêmico é o mundo da reprodução material. Se no mundo vivido a linguagem é primordial, no mundo sistêmico ela é secundária. Neste mundo predominam dois subsistemas: o Estado e a Economia, prevalecendo o poder e o dinheiro. Neste caso, constituiu-se uma economia de mercado que tem como matriz o lucro. o Estado, por sua vez, se constitui pelo sistema jurídico, burocracia e seus mecanismos de controle sociais. Habermas fala que esses dois mundos são igualmente importantes e complementares, porém aponta que o “mundo vivido” ou o mundo da vida vem sendo cada vez mais “colonizado” pelo “mundo sistêmico” (Freitag, 1993).

Essa colonização teria conduzido a duas patologias. A primeira é que o ser humano passou a ser regido pela lei do mercado, do lucro e da burocracia estatal, entendendo essa construção como leis inquestionáveis e naturais contra quais “nada pode ser feito”. A segunda patologia deriva da primeira. Na medida em que o sistema vai colonizando o “mundo vivido” este passa a ser regido pela lei do sistema. Desta forma, a ação comunicativa, que expressa os valores do mundo vivido, passaria a adotar o discurso regido pela economia e pelo Estado, ou seja, dinheiro e poder passam a orientar a definição de interesses e a ação dos atores sociais (Freitag, 1993).

Considerando essas referências teóricas, podemos considerar que no campo da rede de comercialização instituída a partir da experiência de Iconha, ao mobilizar a comunidade escolar, agricultores, cooperativas, associações de agricultores, organizações de ATER e governos municipais, os atores envolvidos procuravam estabelecer um espaço para a ação comunicativa. De um lado estavam colocadas como referências as esferas do mundo sistêmico, a economia, por meio dos processos de comercialização e o Estado, como porta de entrada para produtos da agricultura familiar na alimentação escolar (ação racionalizada e instrumentalizada pelas regras do programa de política pública). Do outro lado, as referências do mundo vivido, que se concretizavam em um modo social de produção embasado em princípios da agroecologia e da economia de proximidade, que necessitava acessar o mundo sistêmico, representado pela economia e pelo poder político.

A rede de agentes constituída buscava, por meio da ação comunicativa, dissolver a lógica dada pela colonização do mercado e da burocracia estatal¹⁹. Logo, procurava tornar esses espaços menos impessoais e superar a racionalização exigida pelos procedimentos legais. Para tanto, eram organizados espaços de debate que permitiam aos atores construir uma lógica de comercialização diferenciada, que envolvia, dentre outros aspectos, priorizar as escolas de “comunidades economicamente carentes” do município de Vitória, fornecendo às mesmas uma alimentação saudável, livre de “venenos”.

¹⁹ Para Weber a burocracia é uma forma de controle, dominação e pode estar a serviços de interesses tanto político como econômico. Weber verifica na burocracia a impessoalidade e uma racionalidade da qual não se distingue sentimentos de amor, ódio, tudo que é “irracional e resiste ao calculo.” Logo, “[...] torna as relações jurídicas impessoais, calculáveis, sistemáticas respondendo apenas a padrões objetivos e indiferentes ao *status* e ao privilégio.” (Diggins, 1999, p. 111).

A análise da experiência permitiu perceber que rede de parceiros horizontalizava as relações, procurando “diluir” a burocracia estatal e aumentar o caráter pessoal (no sentido de proximidade e identificação política com um projeto de mudança) das relações entre poder público, agricultores e demais agentes. Ao mesmo tempo, concretizar mecanismos econômicos em comum acordo, criando, como afirma Habermas, um tipo de aprendizado coletivo. Duarte (2007b) descreve um conjunto de ações que antecederam o processo de comercialização, que facilitou a relação entre as escolas municipais, os agricultores e a própria Cooperativa de Consumidores “O Broto”. Esse autor relata que foram envolvidos cerca de 300 profissionais ligados à área de educação, entre professores, diretores, merendeiras, gestores públicos da SEME da Prefeitura de Vitória. Dos eventos citados o intercâmbio campo-cidade destacou-se de forma relevante, porque permitiu à comunidade escolar visitar as áreas rurais e conhecer os sistemas de produção orgânicos²⁰ dos agricultores familiares, tanto do município de Iconha como de Santa Maria de Jetibá. Procurava-se, desta forma, facilitar o processo de compreensão do público escolar sobre o modo de vida dos agricultores familiares, ampliando os espaços de diálogo dentro das escolas e com os próprios gestores da SEME.

Para facilitar esse diálogo foram criados ambientes de negociação e planos de negócios envolvendo agricultores, nutricionistas, diretores das escolas entidades de apoio, que tinha como objetivo identificar as potencialidades e fragilidades do processo, procurando soluções e encaminhamentos (Incaper, 2006a, 2006b). Duarte (2007a) relata que foi a partir destes eventos que se definiu que as entregas começariam em maio de 2007, a princípio em seis unidades de ensino, envolvendo quatro associações de agricultores dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá; e que a Cooperativa O Broto intermediaria o processo entre os agricultores e escolas municipais.

Desta forma, em maio de 2007, iniciaram as primeiras remessas às creches e escolas ligadas à rede pública de Vitória. Após três semanas tinham sido entregues 27 tipos de frutas,

²⁰ Entende-se ser compatível e desejável a produção orgânica dentro de processos de transição agroecológico. No caso citado, os agricultores familiares envolvidos estavam em processo de transição agroecológico, em um sistema de produção orgânica. Esses grupos possuíam selo de uma certificadora de produtos orgânicos “Chão Vivo” que acompanhou e fazia parte da rede de comercialização.

legumes e hortaliças, um total aproximado de 2.400 kg, beneficiando 40 famílias rurais e aproximadamente 2000 estudantes de seis creches e escolas de Vitória (Duarte, 2007a). As extensas negociações, eventos e atividades não pararam após as primeiras remessas de produtos terem chegados às escolas. Na verdade até se intensificaram, uma vez que as questões de produção, logística, o preparo dos produtos e procedimentos de pagamento consistiam uma novidade para os agricultores, assim como também para a cooperativa, a merendeira, a nutricionista, os gestores públicos e os técnicos de apoio, exigindo constantes acompanhamento e avaliação.

Em maio de 2007 foi realizada uma oficina para discutir as fragilidades e potencialidades do processo. As conclusões relatadas por Duarte (2007a) e Incaper (2007) são em termos dos aspectos positivos: boa aparência dos produtos, qualidade e a satisfação dos estudantes. Os aspectos negativos enumerados foram: falta de alguns produtos; o fato da não comunicação antecipada acarretar um problema no cardápio das escolas; pouca divulgação do projeto; e a questão dos procedimentos burocráticos para realização de pagamentos. Acerca desses aspectos, Duarte (2007a) aponta que as escolas em que mais se encontravam dificuldades para aceitação dos produtos orgânicos pela diretora e pelas merendeiras eram justamente aquelas que pouco haviam se envolvido nas etapas preparatórias e de articulação do projeto, evidenciando a importância do processo como mecanismo de educação e da construção da ação comunicativa. Essa ação se concretizava na experiência analisada, nos espaços específicos estruturados com esse objetivo, mas se sustentava, de fato, nas relações horizontais que os atores foram construindo entre si, permitindo um maior envolvimento e compromisso com a proposta e com o fluxo constante de informações, conforme revela Franco (2001, p. 3):

A capacidade de estabelecer ligações entre os seus membros dá a medida da conectividade interna da organização social. Se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo à desconcentração do saber.

A participação e o envolvimento dos atores permitiram superar o amplo leque de obstáculos, principalmente aqueles que envolviam procedimentos burocráticos que regem os processos de licitação em órgãos públicos. Dessa maneira, concretizava-se a primeira experiência de comercialização envolvendo os mercados

institucionais de órgão públicos com esses atores. Ainda assim, havia vários percalços a superar, dois deles eram os mais complexos. O primeiro relativo à gestão interna da Cooperativa “O Broto”, que influenciava diretamente a entrega dos produtos nas escolas e creches municipais, gerando atrasos e até mesmo perda dos produtos armazenados. O segundo dizia respeito à Lei 8.666, de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Essa lei representava um entrave, tanto pelo desconhecimento, por parte do atores, dos mecanismos legais – que determinavam quais agricultores podiam ou não acessar o processo de entrega de alimentos –, como pela exigência de diversos documentos, tanto dos agricultores como da cooperativa para participar dos processos licitatórios.

Desta forma, as ações empreendidas a partir de 2005 começaram a se desarticular e as entregas nas escolas e creches da prefeitura de Vitória durante o ano de 2008 e 2009 foram diminuindo. Por outro lado, o governo federal estava lançando um conjunto de programas de políticas públicas que procuravam estimular a comercialização dos produtos originários da agricultura familiar. Um desses foi Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA). Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, o programa possibilitava aos grupos organizados de agricultores realizarem comercialização de seus produtos diretamente para entidades que atuam com indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2003).

Foi por meio dos laços tecidos na rede que as informações sobre as políticas governamentais chegaram e passaram a tomar corpo e forma entre os agentes envolvidos na experiência desencadeada em Iconha. Evidencia-se quanto a esse aspecto o papel da rede no fluxo de informações bem como nas relações baseadas em laços fortes e fracos. Granovetter (1973) analisou as interações em rede por meio do estabelecimento do que ele denomina de “laços fortes” e “laços fracos”. Os laços fortes são aqueles nos quais existem mais intensidade emocional e relações afetivas mais próximas. Os laços fracos são, ao contrário, aqueles em que as relações são mais distantes, com menor intensidade afetiva; e que até mesmo a relação entre um parceiro e outro ocorre indiretamente, por intermédio de outros dentro da mesma rede. Para o autor são os laços fracos que ampliam os limites da rede, porque ao não estarem tão próximos possibilitam informações e relações

com outros grupos, que são transmitidas por meio dos nós. Analisamos que foi por meio de outros agricultores que já haviam estabelecido processo de comercialização pelo PAA, ligados à rede de comercialização por laços fracos, que os parceiros passaram a ter conhecimento das ações que ocorriam em Cariacica²¹ por intermédio do PAA. O programa, coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura, envolvia a princípio agricultores locais e também de Santa Maria de Jetibá e, conforme entrevista com um agricultor de Iconha, eles passaram a fazer parte em 2010 do projeto.

Em 2009 o governo federal promulgou a Lei 11.947 (Brasil, 2009), que dispõe sobre a alimentação escolar, definindo, no Art. 2º, que a aquisição dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar deve ser feita preferencialmente da agricultura familiar. Já a Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de 16 de julho de 2009, define:

Art. 18. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009. (MEC, 2009, p. 11)

A lei e a resolução inauguraram uma nova perspectiva no processo de comercialização dos produtos orgânicos dos agricultores familiares em Iconha, bem como contribuiu para reforçar a reorientação da ação extensionista do Incaper no local. Essa nova postura do Incaper, diante dos grupos em processo de transição agroecológica no município, passou a ser percebida e avaliada como positiva pelos agricultores envolvidos na ação:

[...] O Incaper colabora com projeto, carro, com assistência de alguma coisa, se você que ligar para saber de uma coisa, ou vir na roça também para ver algum trabalho. Eu acho que o trabalho melhorou 100%.

²¹ O município de Cariacica faz parte da Grande Vitória, com a estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura o município por meio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) estabeleceu o PAA. O programa beneficiou de 2006 a 2008 mais de 20 instituições, foram comprados mais R\$ 710 mil em alimentos, dos agricultores familiares, totalizando 491 toneladas doadas a mais de 20 instituições (PMC, 2012).

[...] Daquela época para hoje o Incaper tá outra coisa, tá bem melhor. [...] Hoje em dia, o F. ali tá bom, até demais o F. faz. Tem muita vontade de fazer, corre atrás, busca trazer novidades, né A.? Agora no PAA mesmo se não fosse o F. eu acho que não existia PAA aqui em Iconha. Não funcionava no caso, porque é tudo através dele, liga para ele, é ele que recebe os pedidos, ele manda para ele o pedido leva a nota ele envia as notas para lá. Tudo através dele ali .

[...] Agora mudou de figura, é outra história, mesmo porque agora todo mundo fala em agroecologia, em orgânico, em meio-ambiente o governo se envolveu nisso né! A política está dentro disso agora as Incaper são outras, já tem esse e de Iconha deu uma mudança grande, mudou as pessoas que trabalhavam .

Nos trechos transcritos verifica-se ao mesmo tempo uma avaliação positiva da ação dos extensionistas, a pessoalização (“se não fosse o F. ...”, afirma um entrevistado) e a centralização da ação extensionista, como também os indícios da construção de uma relação de dependência dos agricultores em relação ao técnico. Esta relação de dependência parece inevitável para a decodificação dos mecanismos e instrumentos criados pela burocracia estatal para o acesso aos programas de políticas públicas. Tem a ver como o modo como essas políticas criam novas institucionalidades que são pouco acessíveis e bastante distintas das relações cotidianas e de sua lógica de comportamento. O agente de extensão, nesse caso, funciona como tradutor, interlocutor e mediador entre os agricultores e o “mundo estatal”.

As novas políticas do governo federal, que propiciavam a entrega dos produtos dos agricultores familiares nas escolas municipais, bem como a instituições que abrigam pessoas em situação de risco alimentar, não só estimularam os grupos já envolvidos no processo como incentivaram o surgimento de novas organizações no município de Iconha. Se antes o processo no município se escorava em duas associações, atualmente são quatro, envolvendo cerca de 70 famílias. Os números revelam a proporção significativa de escolas atendidas em sete municípios: um total de 398 escolas em 2010, sendo 117 no município de Serra e 99 em Vitória (Incaper, 2011). Na fala de um extensionista entrevistado, o projeto fortaleceu a economia local, enriquecendo e diversificando a alimentação dos estudantes nas escolas:

[...] ah! tem muitos [*pontos positivos*], assim como eu te falei a qualidade dos produtos, aí sendo produto de melhor qualidade, aí o prato fica mais colorido, o prato fica mais bonito; tem como fazer uma preparação mais... uma saladinha, uma coisa mais inteira para os próprios alunos vê o que está comendo. [...] Também, porque a renda flui e fica dentro do município mesmo, né, com certeza a parte econômica é muito boa para o município. A gente não tá colocando dinheiro para fora, prá outros municípios, a gente tá colocando para o nosso município mesmo.

Na voz de um segundo profissional entrevistado, pertencente ao quadro do governo municipal envolvido no projeto, há ainda uma série de dificuldades a serem resolvidas. Para ele a logística é a mais complexa em função do número de unidades envolvidas, exigindo um esforço muito grande dos agricultores para entregar os alimentos em cada escola. A fim de tentar solucionar esse problema, estaria ocorrendo no município um processo de organização de uma cooperativa dos agricultores familiares. Até o momento da realização da pesquisa em campo esta já havia sido fundada oficialmente e possuía infraestrutura mínima para funcionamento: sala, veículo e proposta de uma verba mensal cedida pela municipalidade.

Pelo exposto até o momento, pode-se perceber que para atender o número de municípios e escolas envolvidos, estava se exigindo uma maior complexidade na organização dos agricultores. Logo, se atender a esse crescente mercado trouxe oportunidades para os agricultores, outros aspectos preocupantes despontaram. Entre eles uma possível perda de capacidade de gestão direta da comercialização pelos agricultores, que estiveram historicamente envolvidos com as feiras e recentemente com as políticas do PAA. A necessidade de criação da cooperativa ilustra esse processo. Tal empreendimento parece fugir do controle dos agricultores envolvidos, principalmente daqueles que participaram dos primeiros processos de constituição da feira no município. Nas entrevistas realizadas no município, um dos agricultores destaca esse aspecto:

Eu não gosto de falar de cooperativa não [...] porque eu não acredito. A princípio era reunir várias associações para formar a cooperativa, mas daí abriram o leque para tudo, intermunicipal. E joga associações lá dentro, joga pessoas que nunca participaram de nada. Tão fazendo inscrição para entrar, tudo iludido que o presidente fala assim, vai vender para merenda escolar, vai vender, vender

isso, vai vender aquilo e quando agente tenta falar, não – oh, é mais divagar o negócio, aí as pessoas acham que agente tá falando errado o negócio. Tá querendo puxar para trás, a nossa associação no meu ponto de ver não entraria na cooperativa, se algum sócio que entrar, entra porque.

Neste sentido, percebeu-se um temor na forma como a cooperativa estava sendo constituída, verificou-se inclusive a resistência de determinados grupos em participar no processo. Assim, percebe-se que quanto mais complexa vão se tornando as estratégias de comercialização maior é a demanda pela organização formal dos envolvidos – principalmente em resposta ao conjunto de instituições burocráticas –, gerando a necessidade de atender às novas obrigações, processo que requer novas informações, conhecimentos, habilidades técnicas, capacidades, etc. Se por um lado as políticas e programas facilitam os processos de comercialização, elas exigem dos agricultores, em contrapartida, mecanismos de organização e obediência a normas gerais para atender às novas institucionalidades que se criam. Silva (2010) denomina esse conjunto de novas institucionalidades de “dominação normativa”, no sentido de que elas impõem aos agricultores a obrigação de normatização das suas organizações, condutas e práticas para atender requisitos das políticas públicas e seus programas. Logo, se assiste, a partir da ilustração oferecida pela trajetória apresentada anteriormente, o que Habermas anunciou como a ‘colonização’ do mundo da vida pelo mundo sistêmico.

3. CONSIDERAÇÕES NÃO FINALÍSTICAS SOBRE UM PROCESSO AINDA EM CURSO

A experiência aqui analisada revela que a inovação nos processos de organização produtiva e comercialização dos agricultores familiares agroecológicos do município de Iconha-ES foi marcada, ao longo de sua trajetória, por três elementos-chave: (a) o processo histórico de organização dos agricultores, alicerçado em sua experiência com a produção agrícola de base ecológica e o capital social construído em torno dessa prática. Esse processo foi mediado por agentes externos (principalmente a APTA), possibilitando campo fértil para o trabalho de introdução e difusão dos princípios da agroecologia. Esse encontro teria fortalecido e direcionado a ação coletiva e o incremento do capital social presente na localidade; (b) a presença e a mudança de perfil da ação

extensionista do Incaper, que parece ter respondido positivamente à complexidade do contexto, conduzindo os agentes a um tipo de ação que contrariava e buscava superar o *habitus* estabelecido pela abordagem convencional da extensão rural, fundamentada no difusionismo e no produtivismo agrícola. Como demonstrado na análise, a partir de 2005 os agentes do Incaper passam a atribuir outro significado à sua ação, re-significando concepções e práticas e adotando uma abordagem interativa, que buscou dialogar com as especificidades e requisitos do contexto; e (c) a formação de novas capacidades nos atores envolvidos, como resultado parcial da necessidade de articular politicamente uma rede de cooperação, de modo a viabilizar novas propostas de comercialização e criação de relações diferenciadas entre produtores e consumidores de alimentos. Essa rede ultrapassou os limites do município de Iconha e tornou-se referência para outros processos.

Destacando as mudanças observadas na ação extensionista estatal na experiência de Iconha, inferimos que estas estão relacionadas a uma configuração das inter-relações estabelecidas entre diversos atores. Estes atores se encontraram em uma conjuntura e em contexto relativamente favoráveis à junção entre trajetórias locais, conjuntura política e inovações sociotécnicas incentivadas por agentes externos ao contexto local. Esta explicação fundamenta-se no argumento de que as situações de interdependência criadas entre os atores possibilitaram, ainda que parcialmente, a expressão de diversas racionalidades, modos de agir, estilos de tomada de decisão e intencionalidades que, em dados momentos, acionaram processos de ação comunicativa que buscaram enfrentar as formas de imposição normativa ou regulatória que atingiam o processo, principalmente as originárias do Estado por meio das instituições criadas pelas políticas públicas.

A experiência aqui analisada não pode ser compreendida sem que mencionemos a influência do contexto social mais amplo sobre a mesma. Naquele contexto, as ações do “movimento agroecológico” influenciavam a interação local, principalmente pela presença e atuação da APTA. Da mesma forma, as mudanças de orientação normatizadas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a partir de 2004, devem ser consideradas como elemento importante à trajetória de interação entre os atores em Iconha. Considerando o contexto do estado do Espírito Santo, havia também um cenário favorável à experimentação e à mudança. Em resposta à Pnater e aos incentivos governamentais à extensão rural, o governo do estado promoveu em 2004 um concurso público para a contratação de novos servidores,

permitindo a inserção institucional de profissionais cujo perfil indicava a adesão a uma ação extensionista diferenciada – que denominamos “abordagem interativa”. Assim, o contexto macrossocial é parte fundamental da compreensão do processo de configuração da experiência local. Argumenta-se que as condições locais encontraram um ambiente favorável na conjuntura macrossocial, potencializando as mudanças relatadas (tanto o potencial quanto os limites identificados na experiência).

No percurso da experiência a rede de comercialização ampliou suas ações com a incorporação de novos atores, por exemplo, os agricultores familiares de Santa Maria de Jetibá. Outro aspecto importante, como consequência indireta, foi o fato de o município passar a ser conhecido no Espírito Santo, recebendo grupos de agricultores, estudantes, profissionais interessados em conhecer o movimento que se constitui a partir das práticas ecológicas de produção.

Por outro lado, a pesquisa demonstrou que a rede criada começava a identificar e a enfrentar vários desafios à sua efetividade e à sua própria existência enquanto tal. O mais importante deles era manter um caráter de mobilização e solidariedade que extrapolasse o ativismo da realização de tarefas pontuais e/ou a mera utilização das “vantagens” da ação coletiva para benefício individual, desfocando objetivos de construção coletiva, aqueles presentes na animação inicial do movimento. Outro aspecto importante tem sido o processo de constituição de uma cooperativa. As divergências ocorrem quanto aos objetivos desta organização. Uns alegam que a instituição da cooperativa está relacionada a um caráter instrumental da ação, apenas respondendo às normas e requisitos que são externos ao processo; outros acreditam que a cooperativa pode representar algo verdadeiramente orgânico à mobilização e ao movimento, de forma a responder às demandas da estrutura e organização exigida pelo grau de inserção no mercado, atingido pelo processo de comercialização desencadeado.

O quadro evidenciado pelos entrevistados revela o temor pelos rumos apontados pelos que são identificados como “dirigentes da organização”. Um primeiro temor diz respeito a uma suposta desvalorização da “construção histórica da agroecologia” na experiência e, conseqüentemente, do processo de comercialização daí derivado; um segundo aspecto é relacionado aos “interesses políticos partidários” que vão se constituindo pelos dirigentes da nova cooperativa, fato que contribuiria para o desvirtuamento da proposta

inicial; e o terceiro elemento, a composição dos novos cooperados, que desconheciam e não tinham referências sobre qualquer mecanismo de comercialização por meio da organização social proposta: no caso, a cooperativa.

Pelo exposto, o receio percebido parece ser legítimo, revelando uma preocupação com a possível incorporação do mundo vivido pelo mundo instrumental das instituições criadas pelos mercados e pelas políticas públicas, sinalizando uma mudança de valores nem sempre positiva à afirmação dos valores enraizados na cultura local, tão caros aos princípios da agroecologia. Neste cenário a comercialização corre o risco de passar a ser uma simples forma de atingir o mercado; a construção social, como ação coletiva que se origina e se mantém pelo protagonismo dos atores locais e suas redes – corre o risco de não ser mais reconhecida e percebida em sua autenticidade. No campo da ação comunicativa, a legitimidade dos espaços de debate, de confronto das ideias pode perder o sentido diante da força dos procedimentos burocráticos e instrumentais, esses assumindo um papel mais significativo e preponderante. O desafio está colocado e o futuro revelará quais caminhos foram escolhidos e se tornaram possíveis aos atores desse contexto social.

4. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABROMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. Pp. 19-67.

APPENDINI, Kirsten.; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de La Cepal**, n. 76, p. 71-88, abr. 2002.

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Organização da feira orgânica de Vitória – Espírito Santo**. In: Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. Obra Coletiva. 84p.

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Promoção de sistemas agroflorestais junto a associações de pequenos agricultores no Espírito Santo**.

Subprojeto PD/A Nº 237. Vitória, set.2000. (Relatório de andamento da implementação - Relatório consolidado final – fev. 97 a ago.00).

ASSOCIAÇÃO DE PROGRAMAS EM TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Relatório de atividades**: Convênio IAF (BR-767). Vitória, abr. 2000 a mar. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, 25 de ago.2006. p.1.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jun. 2009. p. 2.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de jul. 2003. p.1.

DIAS, Marcelo M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.1, n.1, jun./dez. 2008.

CAPORAL, Francisco, R; COSTABEBER, José, A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 166 p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José, A. **Extensão rural e agroecologia**. 2ª ed. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007. 24 p.

CHEQUETO, Jonas. Educação e formação em agroecologia. In: **Encontro Nacional de Agroecologia – Textos para debate**. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. Obra Coletiva. 84p.

DIGGINS, John P. **Max Weber**: a política e o espírito da tragédia. Tradução de Liszt Vieira e Marcus Lessa. Rio de Janeiro: Record, 1999. Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?tbm=bks&hl=pt-BR&q=burocracia+Weber&btnG=>>>. Acesso em: 12 Abr. de 2012.

DUARTE, Daniel do N. O processo de inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar do município de Vitória, Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.2, p. 99 – 103 out. 2007a. (Revista do V CBA) Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/2472/2216>> Acesso em: 18 dez. 2011.

DUARTE, Daniel do N. **Memórias de um processo de comercialização**: do feijão-de-porco a comercialização - uma experiência em construção. Incaper: Linhares, 2007b. (não publicado).

FRANCO, Augusto de. Capital social e desenvolvimento: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. Maceió, ago. 2001. **Paper para o Seminário**: Os Distritos Industriais e o Modelo de Desenvolvimento da Terceira Itália em Questão: Perspectivas para os Programas Xingó e Zona da Mata do Nordeste. Maceió, ago. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 147 p. (Coleção Leitura).

FREITAG, Bárbara. Sistema e “mundo vivido” em Habermas. **Revista GEEMPA**, Porto Alegre, n. 1, p. 61-73, jul. 1993.

GONÇALVES, Maria A. S. Teoria da ação comunicativa de Habermas: Possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 66, p. 125-140, abr. 1999.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May 1973.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 112p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação

automática. SIDRA. Disponível em: < www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Diagnóstico**: Análise de recursos e capacidades dos atores do Projeto Fortalecimento dos Espaços de Comercialização Solidária através da Agricultura Familiar e Organizações Sociais da Grande Vitória. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, out. – nov. 2006a. (Relatório).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Iconha**: plantando onhos e modificando a realidade dos agricultores. Iconha/ES: Incaper, 2011. (Relatório - Prêmio Inovex, ciclo 2011).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Oficina de planejamento estratégico do projeto fortalecimento dos espaços de comercialização solidária através da agricultura familiar e organizações sociais da grande Vitória**. Vitória: GTZ/Projeto DLS/Incaper, dez. 2006b (Relatório síntese).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório da reunião sobre os mercados para de produtos agroecológicos**. Vitória: Incaper, mai. 2005. (Relatório).

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório do plano de negócio do “programa alimentação orgânica nas escolas”**. Vitória: Incaper, mai. 2007. (Relatório).

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **PIB Municipal**. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=281&Itemid=258>. Acesso em: 20 mai. 2012.

LEITE, Rogério P. A nação como sistema e os novos nacionalismos. In: **Lua Nova**: revista de cultura política. São Paulo: Cedec, n. 44, p. 191-211, 1998.

MARTELETO, Regina M.; OLIVEIRA E SILVA, Antônio B. de. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE nº 38, 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de jul. 2009. p.10.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO. **A pedagogia da alternância é a política educacional adotada nas Escolas Famílias Agrícolas do Mepes**. Disponível em: < <http://www.mepes.org.br/alternancia.html> >. Acesso em: 12 dez. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: < <http://www.cariacica.es.gov.br/default.asp>> Acesso em: 26 jan. 2012.

SAMPAIO, Inês S. V. Conceitos e modelos da comunicação. **Ciberlegenda**, n.5, 2001.

SILVA, Márcio G. da. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz – MG**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático. Revisão e adaptação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/SAF, 2006. 61 p.

Trabalho recebido em 23 de abril de 2012;
Trabalho aprovado em 26 de julho de 2012;

